

## “NUVENS DE RADIAÇÃO, MARES DE TRANSGÊNICOS”

*Entrevista com Magda Zanoni<sup>1</sup>*

*Entrevista realizada em 19 de abril de 2011, por Thiago A. P. Hoshino<sup>2</sup> e Larissa Ambrosano Packer<sup>3</sup>, por ocasião do lançamento do livro “Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência, Sociedade”, na Faculdade de Direito da UFPR. Transcrição: Winnie Lo. Revisão: Tchenna Maso.*

**Larissa Packer e Thiago Hoshino:** O tema dos transgênicos tem assumido centralidade no debate internacional e na agenda dos Estados. Dados oficiais do governo brasileiro confirmam o país como o segundo com maior área plantada de transgênicos no mundo, contando também 28 liberações dessa natureza. Até o ano de 2008, porém, tínhamos apenas dois eventos de transgenia aprovados **Qual o sentido dessa rápida transformação no cenário?**

**Magda Zanoni:** Os transgênicos são uma etapa a mais, ou posterior, às últimas etapas da Revolução Verde. Como não foi possível espalhá-la pelo mundo inteiro, tendo atingido de maneira plena cerca de sete países somente, o controle das sementes representa a última fronteira. Os híbridos<sup>4</sup> e toda a tecnologia necessária para implementá-los – a agroindústria, os agrotóxicos, os adubos, os produtos fitossanitários, o controle da comercialização – lograram impacto, mas o controle da semente permaneceu fora do alcance do mercado. Os agricultores há dez mil anos realizam sua própria seleção, faz muito pouco tempo que as indústrias de sementes passaram a selecioná-las também. Aliás, querem hoje impor suas variedades aos agricultores e proibi-los de realizar as

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Université Paris 1 ( Panthéon-Sorbonne). Atualmente é Maitres de Conférences da Université de Paris X, Naterre e funcionária da Université de Bordeaux II). Foi conselheira da CTNBio de 2005 a 2007.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná e bolsista CAPES/PROEX.

<sup>3</sup> Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

<sup>4</sup> Organismos resultantes de cruzamento entre duas espécies diferentes.

tradicionais trocas e circuitos de compartilhamento. A apropriação da semente pelas grandes empresas e atores que propiciaram e desencadearam a Revolução Verde é uma ameaça preocupante. Imaginem que quatro a seis corporações deverão controlar o mercado de sementes do mundo inteiro. A lógica do capital é essa mesmo: “como podemos ainda retirar ao máximo da agricultura o lucro e o controle?”. Um pequeno exemplo disso acontece aqui mesmo no Paraná: trata-se do agricultor convencional que não deseja plantar transgênicos e, mesmo assim, é contaminado por um vizinho, cuja lavoura fica muito próxima à sua, sofrendo prejuízo pessoal se é produtor de orgânicos. Obviamente, a polinização e cruzamento dessas plantas não respeitam os limites de uma cerca. Por outro lado, há um controle tal que essa contaminação, por razões estranhas à sua vontade, torna-se objeto de fiscalização *a posteriori* da multinacional que detém a patente daquela variedade transgênica, a qual pode responsabilizá-lo pelo “uso” da semente, obrigando-o ao pagamento indevido de *royalties*. Já existem pesquisas que encontraram milho transgênico em meio a plantações não-transgênicas. Há também fiscais que controlam isso, em nome das empresas. No Brasil, falou-se bastante do agricultor canadense Percy Schmeiser, que plantava 400 hectares de colza orgânica, uma grande área. De repente a Monsanto apareceu exigindo o reembolso ou o pagamento dos *royalties* pela semente da colza transgênica. Acontece que ele não tinha plantado a semente: foi contaminado. Para encurtar o caminho, ele perdeu toda a produção, entrou com processos na Justiça, evidentemente não ganhou um sequer da Monsanto. Esse agricultor hoje anda pelo mundo fazendo palestras, conferências [<http://percyschmeiser.com>] e mostrando como uma pessoa que tem seu *métier*, ou seja, o ofício de agricultor, subitamente pode ficar sem nada porque realmente houve um controle injusto, pois ele não teve meios de provar a contaminação genética. Esses casos serão cada vez mais freqüentes. Na CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) não conseguimos encontrar uma solução, a contaminação genética é certa, no Paraná temos estudos muito bem conduzidos sobre isso. No Rio Grande do Sul, a Monsanto disseminou clandestinamente, sementes transgênicas e os pequenos agricultores chegaram a crer por algum tempo no milagre da maior produtividade, do maior rendimento, do menor uso de agrotóxicos. O que de fato aconteceu é que três a quatro anos depois vimos no Jornal Zero Hora um pequeno encarte solicitando dos agricultores que usaram sementes transgênicas o pagamento de *royalties*. O controle e a sanção já estão existindo. Por que agora está se constatando que é necessário cada vez mais glifosato<sup>5</sup> nesse modelo? As ervas daninhas que eram sensíveis ao glifosato estão tomando gosto por ele. É o mesmo caso do pós-Primeira Guerra, quando o DDT foi usado para matar moscas e outros insetos que hoje se regalam alimentando-se do químico. É próprio do funcionamento dos seres vivos: resistir para não morrer. É um instinto de vida que as chamadas “ervas

---

<sup>5</sup> Agente químico utilizado como herbicida, princípio ativo de agrotóxicos como o *Roundup*, fabricado pela Monsanto. Sementes de plantas resistentes a ele são vendidas pela empresa com a sigla RR (*Roundup Ready*).

daninhas” também têm, adaptando-se. Mas não só: já foi encontrado glifosato na parte alta do caule de diversas plantas de soja, o que não deveria ocorrer. Pode-se dizer que até a própria soja também está resistindo a seu modo.

**L.P. e T.H.: Essa tendência de incremento do controle se desdobra também no plano jurídico, em novos marcos regulatórios sobre a questão. Paradoxalmente, esses mesmos marcos, como o Protocolo de Cartagena, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Lei de Biossegurança, tentam de alguma forma consolidar nos ordenamentos a aplicação do chamado *princípio da precaução*, de grande relevo no Direito Ambiental. Qual o papel desse princípio?**

M.Z.: O princípio da precaução tem caráter preventivo, determinando que caso existam dúvidas importantes a propósito de uma inovação tecnológica, seja ela bio- ou nanotecnológica, não se continue e sobretudo não se difunda, o experimento no meio-ambiente, nem se permita sua ingestão por seres humanos. Esse tipo de precaução dentro da CTNBio foi considerado como um “atraso econômico” para o Brasil. Foi a única vez que os cientistas pró-OGM (organismos geneticamente modificados) desse país abordaram o princípio da precaução. Ele está no primeiro artigo da Lei de Biossegurança [Lei n. 11.105/2005]. Esse princípio simplesmente não é aplicado, basta verificar o número de liberações concedidas. É importante entender isso do ponto de vista jurídico e político. Fiz parte da CTNBio desde a primeira sessão de 2005, até o final de 2007. Não deixamos passar a não ser dois transgênicos. Nossa luta científica lá dentro era trazer o máximo de informações sérias, com bibliografia nacional e internacional para provar que havia risco, pois não se fazia nem análise de risco. Do ponto de vista jurídico, acho fundamental a participação de profissionais do direito, uma vez que os conselheiros não são especialistas na área. Pois a Lei de Biossegurança não é respeitada dentro da própria CTNBio. O Brasil assinou o Protocolo de Cartagena, o que resultou de pressão dentro da Comissão e na Conferência das Partes de Curitiba [COP 8], mas esses compromissos internacionais parecem não existir no momento da decisão. Mesmo as instruções normativas que havíamos construído coletivamente agora estão sendo todas revistas.

**L.P. e T.H.: Por que o princípio é necessário? Que tipo de impactos os organismos geneticamente modificados podem gerar para que o princípio de precaução fosse associado a eles e não a outros organismos convencionais, como os híbridos, por exemplo?**

M.Z.: Essa metodologia, em primeiro lugar, corresponde à criação de novos seres vivos. Não se tem medida das consequências disso, até hoje no mundo, sobre a saúde humana e sobre o meio ambiente. Há várias controvérsias e muita gente trabalhando sobre isso, como o professor Gilles-Eric Séralini, na França. Em mais ou menos um ano

de pesquisa com ratos, ele observou modificações importantes na filtração das proteínas pelo rim, o que não deveria acontecer. Também constatou impactos sobre a ação dos hormônios sexuais no macho e na fêmea e redução do volume de glóbulos vermelhos nos animais que se alimentavam de transgênicos. Apresentamos esses resultados na CTNBio e nos disseram que esse cientista está ultrapassado, embora publique internacionalmente e coordene um conceituado laboratório. Por sua vez, a Monsanto fez, em nove dias, um estudo que não constatou nenhuma modificação dos ratos alimentados com transgênicos. A necessidade do princípio, portanto, advém da complexidade desses processos e também do fato de que, uma vez acionamos, eles não são mais reversíveis. Não se consegue mais recuperar aquele meio crioulo, rústico ou mesmo híbrido depois que a variedade for contemplada com o transplante do transgene. Trata-se de outro ser vivo, com outras características, e isso tem uma conseqüência sobre a biodiversidade, e sobre a sobrevivência das espécies, seja humana, animal ou vegetal. Por que não há volta? Porque o gene estranho começa a fazer parte do patrimônio genético de uma espécie. Como iremos recolher toda a disseminação e contaminação ocorrida para reconstituir uma variedade? A prova é Oaxaca, no México, país fonte dos milhos crioulos, que teriam sido transformados pela Monsanto com sua variedade BT.

**L.P. e T.H.: Em 2011, o Secretariado do Protocolo de Cartagena e da Convenção sobre Diversidade Biológica convocou os países a oferecer dados e estudos sobre os aspectos socioeconômicos da tecnologia transgênica. O que isso significa? De que maneira o conceito de biossegurança deve incorporar também a análise do aspecto socioeconômico?**

M.Z.: Tenho completo acordo com essa incorporação. Justifiquei em meu livro [*Transgênicos para quem?*] a necessidade de um enfoque multidisciplinar sobre a biossegurança, ao ampliarmos a noção de vida, que pode ser vegetal, animal mas também humana – de homens, mulheres, crianças, pessoas de idade. A população humana, a sociedade, sofre conseqüências dessas tecnologias. Se há escapes no campo da saúde, eles também estão presentes na dimensão socioeconômica. O que significa para um agricultor a retirada da sua produção e o controle externo de sua semente, o único elemento que ainda lhe permite garantir autonomia na produção? Eis um impacto. O segundo aspecto que muito me preocupa é o da contaminação, para o que o regramento jurídico que existe ainda é muito deficitário. Isso faz com que os pequenos agricultores sejam contaminados pelos grandes, pois o fluxo gênico de uma parcela de terra de 10 mil hectares é muito maior que o de um hectare. A contaminação em sentido inverso seria irrelevante. Isso retira do agricultor sua opção por não plantar transgênico, por não se submeter a esse mercado. Mais do que isso. Grandes produtores exportam, logo, é o pequeno que mantém o mercado interno e a possibilidade de que o consumidor opte alimentos não-transgênicos. No Paraná, por contaminação genética desse tipo, já

aconteceu de diversos pequenos produtores perderem sua certificação orgânica. De 42 reais a saca passou a custar 28 reais. Economicamente, o que significam esses 14 reais por saca? Quem reembolsa essa perda? Por isso temos chamado de totalitária a biotecnologia, já que ela é imposta de maneira que não permite convivência, nem recuperação. É preciso haver critérios éticos para esse tipo de inovação: a quem servirá e que benefícios ela traz? Não há melhor exemplo do que o ocorrido no Japão. A energia nuclear, com todos os seus desastrosos impactos, foi uma inovação tecnológica para responder a demandas concretas. Na análise da matriz energética, não cabe mais dicotomizar energias fóssil e não-fóssil. Temos o Pré-Sal como fonte para continuar explorando a energia fóssil, sem precisar implantar a nuclear. Mas por que não investimos em produção de energia solar, pelos ventos, pela geotermia e outras alternativas? Como exemplo tem-se a aplicação de biotecnologia nos mosquitos. Elimina-se um gene no mosquito que age diretamente sobre hormônios e glândulas sexuais, para que não se reproduza mais com a fêmea. Em princípio, seria uma inovação tecnológica que permite a eliminação de uma grande epidemia, a dengue. Por que isso não foi feito com a participação da população? Por que essas pessoas não foram informadas? Elas podem trazer muitos elementos que cientistas desconhecem. Sei que esse mosquito só existe na Malásia, nas Ilhas Caimã, e em Juazeiro, Bahia. Qual é a repercussão que teria, em termos de cadeias trópicas, a eliminação desse mosquito? Essa discussão precisa ser aprofundada.

**L.P. e T.H.: Cada país tem adaptado suas normativas internas aos documentos internacionais, incorporando-os de diferentes maneiras. No caso do Brasil, a CTNBio é o órgão competente para realizar avaliações de riscos sanitário, de saúde e ambiental, previamente à liberação de OGMs para uso comercial e para pesquisa. A partir da sua experiência como pesquisadora e membro da CTNBio, quais as condições técnicas e políticas da Comissão para efetivamente desempenhar essa tarefa?**

M.Z.: Não existe, de fato, na CTNBio avaliação de risco. O secretário do Ministro de Ciência e Tecnologia diz que “*não existe nenhum artigo nas academias das ciências do mundo inteiro que conteste os benefícios e que anuncie resultados catastróficos dos transgênicos*”, embora no mundo inteiro haja pesquisas que mostram o contrário. Isso é dito e imposto ali dentro. Vemos análises feitas pela Monsanto ou pela Syngenta, puramente agronômicas, da agronomia clássica, serem aceitas. Fazem experimentos em um ou dois meses, sem condições de avaliar os riscos posteriores exigidos pelo tempo de pesquisa. Apesar das nossas tentativas, o que prevaleceu foi a proposta do então Secretário de Ciência e Tecnologia, Antônio Barros de Castro, representante do Ministério na comissão, de um plano de gestão da implementação dos transgênicos no período pós-comercial. No entanto, estamos aprovando, liberando e apenas depois estudando os

efeitos. O princípio da precaução não pode mais ser aplicado. A própria composição da CTNBio é já uma aberração, inclusive o fato de o secretário ser um de seus membros. Outro exemplo disso foi a participação do João Lúcio de Azevedo, pesquisador financiado pela Monsanto e denunciado também no livro, no comitê que construiu o projeto de planejamento do transgênico comercial que ajudou a desenvolver, com 26 outros membros cientistas de alto valor contratados pela empresa, que pode apresentar o seu plano na CTNBio. Tiveram acesso a toda a informação, contrariamente a ONGs, sindicatos, associações e outros representantes da sociedade civil.. Ou seja, foi ao mesmo tempo o réu e o juiz, por assim dizer. Por este motivo também insisto na criação de uma associação de pesquisadores independentes. É tudo muito permeável e interligado e a avaliação de risco deve ter caráter interdisciplinar. O risco para vegetais, animais e para a sociedade é diferente. O contexto econômico, social e cultural que constrói a sociedade traz implicações ao risco. Se digo, que o pólen transgênico é pesado, cai logo ao pé do milho e não vai longe, ponho 100 metros de distanciamento entre a parcela que tem transgênico e o pequeno agricultor (sem dinheiro para comprar semente). Quando ele é contaminado, tem uma perda econômica importante. Como posso analisar o risco sem levar em conta esse aspecto econômico? A questão social: o que a semente transgênica significa para um tipo de agricultor familiar que tem suas regras e histórias de vida, com apropriação das técnicas, reajustamento dos itinerários técnicos, da conduta dos animais. Uma grande luta foi feita no estado de Punjab, Índia (...). Chegou a Monsanto, fez uma publicidade do mundo rural para os agricultores indianos pra induzi-los a adotar a semente de algodão transgênica. No ano da colheita do algodão, vemos mulheres pequenas agricultoras desesperadas, com uma bola de algodão por planta. Aquela maravilha de algodão não mostrava mais de uma bola por planta. Puseram fogo nas parcelas, 50 mil agricultores perderam tudo, foram à cidade, quebraram todas as lojas, fizeram manifestações violentíssimas, muitos estão hoje embaixo da ponte. Segundo diz a Monsanto, “*não souberam manipular bem a biotecnologia*”. Os exemplos estão pelo mundo. Houve uma reunião no Canadá, que é a favor dos transgênicos, com bastante cultivo. Uma delegação brasileira também esteve presente. Os canadenses, que organizaram a reunião, reclamaram que o Brasil tinha regras muito estritas, rigorosas, que não permitíamos o livre comércio. Difundiram em nossos pesquisadores a posição favorável aos transgênicos. Quando chegaram aqui, a primeira proposta foi de modificar a IN (Instrução Normativa) nº. 5, “*porque desse jeito o Brasil vai fechar o mercado, os países presentes lá nos acharam muito rigorosos.*” Mas o Brasil não assinou o Protocolo de Cartagena? Temos uma lei nacional, mas querem modificar toda a instrução normativa com base em uma reunião. Antes de deixar seu cargo, o Ministro Sérgio Rezende baixou dois decretos para permitir a modificação de todas as IN que tinham sido redigidas pelo CTNBio.

**L.P. e T.H.: Foi por qual desses aspectos que você decidiu sair da CTNBio?**

Não saí individualmente, jamais teria tomado essa decisão individualmente. Nós pensávamos que se a aceleração imposta às liberações fosse continuar, como era a perspectiva, estaríamos de certa maneira corroborando com uma imagem de democracia que não existia. Tive que voltar a França por pouco tempo, contudo tive uma doença complicada e não pude retornar ao Brasil. Me substituiu o Melgarejo [Leonardo Melgarejo], um grande quadro na Comissão.. Foi quando a Abong [Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais] apresentou uma lista tríplice ao Ministro do Desenvolvimento Agrário para que escolhesse entre os nomes indicados. No primeiro lugar estava o professor Rubens Onofre Nodari, que foi nomeado como representante dos agricultores familiares na CTNBio, condição regida por lei. O Ministro ficou com o processo 8 meses e não assinou. Houve um desrespeito, um veto político do Ministério. Durante minha participação, contribuí bastante com a questão ambiental e metodológica. O método lá dentro mudava em cada situação diferente. Era a metodologia do “*achismo*”, não tinha parâmetros. Eu perguntava: quais são respostas a partir da estatística, da epidemiologia, do número de casas? Nem éramos ouvidos. Como disse nosso ministro convidado especial, Guilherme Cassel, da MESA (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome): *a CTNBio não é só a CTNBio, são os movimentos sociais e a sociedade que têm que entrar na luta*. A Embrapa neste momento está produzindo arroz transgênico, por trás dela seguramente a Monsanto está financiando a pesquisa. Temos que sair e mobilizar. Já fizemos a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, que agora incorpora também a questão dos agrotóxicos. A CTNBio, no organograma do Ministério, é ligada não a uma secretaria, mas diretamente ao Ministro. É o ministro que nomeia, seleciona, sem transparência nenhuma. Questões como democracia, princípio da precaução, análise de risco têm que deixar o debate interno da Comissão e ganhar a sociedade.

**L.P. e T.H.: Como você já citou, o Paraná possui um caso comprovado de contaminação genética de milho, tendo sido elaborada uma Nota Técnica específica pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado entre os anos de 2009 e 2010. Relatos semelhantes vêm aparecendo em diversos lugares. Este parece ser um dos temas centrais em suas pesquisas. Diante disso, de que maneira é possível, se é que é possível, garantir o direito dos agricultores à coexistência dos modos de produção e o direito dos consumidores à devida rotulagem?**

A minha posição pessoal como pesquisadora independente, mais radical, é contrária aos transgênicos, por todas as razões que encontrei do ponto de vista social, econômico e ecológico na agricultura da Revolução Verde, na agricultura intensiva na Europa. Nem entraria na discussão em si sobre a ocorrência ou não da contaminação.

Convivo há 40 anos com essa realidade, trabalhando sobre a agricultura européia, e assisti a inúmeros leilões de fazendas e estabelecimentos de pequenos agricultores. Tinham tomado tanto dinheiro emprestado de bancos para comprar biocidas, fitossanitários, nitratos, nitrogênio e a parafernália toda, que no fim não puderam mais saldar as dívidas e tiveram de vender sua própria exploração agrícola. O desespero dessas famílias, que nasceram no mundo rural, avô, pai e filho que vivem da agricultura, me toca particularmente. Veja também o problema da poluição dos lençóis freáticos, das águas superficiais, a poluição da costa francesa no oeste da Bretanha. Lá, era tamanho o volume de nitratos correndo dos rios em direção ao mar que as algas se reproduziam até sufocar os peixes, conforme demonstraram os estudos de cadeiras trópicas. Os recursos naturais são fundamentais à agricultura, pois não se pode realizar fotossíntese de forma artificial. Na Europa, os governos tiveram que ceder com as contestações decorrentes da eliminação de pequenos agricultores: concentração de terras, problemas econômicos, sociais e ambientais gravíssimos. Pelo que vivi, trabalhei e pesquisei junto a agricultores brasileiros e franceses, descrente dessa chamada “coexistência” dos dois modos de produção [convencional e transgênico]. Mas houve toda uma imposição das multinacionais, à qual o governo brasileiro pouco ou nada reagiu, não compreendendo em toda a amplitude o que significa a liberação dos transgênicos. Agora temos que resistir à contaminação, ao mesmo tempo denunciando esse processo em relação às sementes e os demais impactos.

**L.P. e T.H.: Entendemos que há uma espécie de encarceramento do tema dentro da CTNBio, e dentro da linguagem tecnocrática. Um reducionismo que Nodari [Rubens Onofre Nodari] chegou a chamar de “obscurantismo científico”.**

M.Z: O reducionismo é o obscurantismo. Por exemplo, temos uma planta receptora de genes e outra que fornecerá o material genético. O transporte do gene da planta ao bacilo, uma bactéria que se locomove, chama-se balística. O bacilo é bombardeado até que o gene entre no cromossomo da outra planta e se aloje do jeito que bem entender, aleatório. Dizem que não há possibilidade nenhuma de haver erro: é um gene que produz uma proteína modificada para dar resistência aos agrotóxicos. Quando o gene é bombardeado, ele se coloca ao lado dos demais e pronto, terá somente a função de tornar o vegetal resistente aos agrotóxicos. Mas será assim mesmo? O milho transgênico, por exemplo, deveria ser chamado considerado um herbicida e regulado pela Lei dos Agrotóxicos [Lei n.º 7.802/1989], pois ele mata a lagarta que o come. Não há nenhuma separação entre os dois seres vivos, a planta original e a transgênica, como tampouco há caso da soja. E, nesse sentido, surge outra pergunta que precisamos nos fazer: se morrem milhares de lagartas que atacam uma plantação de milho transgênico, como não



haveria nenhuma consequência para nós ao consumi-lo? Se estudarmos as lagartas, veremos que foi o veneno. O milho transgênico tornou-se uma planta-veneno!

**L.P. e T.H.: No caso do milho, que é um dos principais alimentos da população brasileira, e em especial a partir dessa percepção de sua variedade transgênica como planta-veneno, o debate não alcançou ainda o âmbito popular. Ao contrário, quando isso ocorre, se a população argumenta desde sua cultura, suas práticas, ou se os próprios consumidores o fazem a partir do seu direito de saber o que estão ingerindo, essa não é uma questão supostamente relevante para a ciência. Porque há essa blindagem técnica? Onde fica aí a democracia? Diante desse discurso impermeável a muitos diálogos e muitos conhecimentos, como é possível, na sua opinião, que se garantam direitos constitucionais básicos, como o direito à informação e o direito à participação pública das decisões?**

Há dois aspectos aqui. Por que não conseguimos permear? Por um lado, as multinacionais são muito inteligentes e utilizam os grandes empresários e um grande financiamento está disponível para fazerem todas as campanhas possíveis e imagináveis. Soube pelo co-organizador do evento que em Brasília houve uma grande exposição sobre Darwin e a teoria da evolução, no aniversário do cientista. Era um lindo trabalho. E na saída, surpresa: uma banca da Monsanto, que havia organizado a exposição, distribuindo um livrinho sobre os transgênicos e seus benefícios, além de bolsas, canetas, cadernos etc. Há que considerar a força do inimigo. Tenho impressão de que o mesmo tipo de invasão da imagem se dá na televisão, no *twitter*, no *facebook*. Temos que começar a também utilizar essas redes de informação, mas não só. De certa maneira, esses veículos foram importantes para a vitória de Obama nos EUA, com um pouquinho de marketing, um negro, um democrata. O problema é: qual seria a mensagem? É preciso discutir com profissionais da comunicação, num contexto diferente, que é o nosso. Tentando expor o risco existente, impactar as pessoas, porque nada disso é invenção. Estratégias como a de publicizar a experiência que mencionei com os ratos, bem como os casos de contaminação genética e depois formar grupos como fizeram nos EUA, por bairro, podem servir para sensibilização através do argumento dos danos à saúde. Sobretudo depois do Japão, do episódio de Fukushima, vale estabelecer uma comparação entre fenômenos que são irreversíveis: o nuclear e o transgênico. A disseminação das nuvens de radiação é algo que não se reverte, bem como a disseminação de mares de transgenes, passível de transformar as espécies e variedades e capaz de influenciar na saúde de populações inteiras. Por outro lado, urge denunciar o que ocorre na CTNBio, o livro aponta diversos responsáveis. A verdade é que precisaríamos de um advogado para cada membro da CTNBio. No início, tínhamos uma pessoa excelente do Instituto de Defesa do Consumidor

(IDEC), o Lucas [de Souza Lehfeld], professor da PUC-SP, a Lia, uma médica [Lia Geraldo, da Fiocruz Pernambuco] e, enfim, a qualidade dos membros impedia a liberação acelerada. O advogado do IDEC interrompia a cada cinco minutos as exposições com base em artigos de lei, era para nós uma satisfação. A Lia saiu da Comissão com uma carta<sup>6</sup> expunha quatro verdades, leu a carta na plenária da CTNBio e baixou as orelhas de todo mundo com sua análise. Sofremos todas essas modificações e o Ministério da Justiça, que nomeava os representantes dos consumidores, não se preocupou muito com a questão. Nós éramos minoria. Chegou-se ao extremo da ditadura quando as pessoas foram obrigadas a assinar termos de confidencialidade inteira sobre os documentos que analisaríamos. De repente, quem não havia assinado passou a receber páginas em branco, simplesmente! Paralelamente a tudo isso, acho interessante uma experiência realizada na França por Jacques Testart, denominada Conferência Cidadã [Conférence des Citoyens: [http://www.ogmdangers.org/enjeu/politique/conf\\_citoyen.htm](http://www.ogmdangers.org/enjeu/politique/conf_citoyen.htm)]. Ela foi uma maneira de formar o povo, reunindo, a cada final de semana, categorias insatisfeitas da população escondidas estatisticamente, por amostragem. Fazer uma formação de choque sobre os transgênicos com excluídos e pessoas com nível de instrução baixo. Todos puderam aproveitar muito, foi uma experiência maravilhosa. Dentro da universidade existem as Butiques de Ciência, que se desenvolveram na Holanda, na Inglaterra, nos EUA, no Canadá etc. São grupos de pesquisadores que trabalham com grupos de habitantes. Na Holanda, até mestrado se fazia nas Butiques da Ciência. E por fim, temos a experiência dos Ceifadores Voluntários, aqueles que arrancam os transgênicos ilegalmente. Em geral são todos presos, mas já há um grupo de advogados munido de saber técnico e o argumentos políticos para soltá-los, e no próximo fim de semana voltam a arrancar. Além disso, posso citar a Associação Nacional dos Prefeitos Sem Transgênicos, algo que poderíamos reproduzir no Brasil, há grupos e indivíduos na França dispostos a colaborar nesse sentido. Qual o seu fundamento constitucional? Os prefeitos se colocam como os guardiões da Constituição francesa, com papel de proteger e vigiar os cidadãos nos seus municípios. Por isso, alegam, não podem permitir que os moradores dessas cidades sejam contaminados. É verdade que sempre há entre esses moradores quem os queira [os transgênicos] e outros que os rejeitam. Contudo, não se pode aceitar uma divergência nesses termos, pois ela tem uma repercussão enorme sobre aqueles que se opõem aos OGMs, de modo que aceitar isso ser intervenção do Estado seria uma omissão e uma violação de direitos humanos naquele território. Portanto, exemplos de resistência e enfrentamento, inclusive no plano jurídico, não faltam em todo o mundo. Basta estarmos dispostos a aprender com eles. .

---

<sup>6</sup> Documento disponível em: <http://aspta.org.br/campanha/a-ctnbio-vista-de-dentro/>